

**Meiri Madalena Bernardo Mendes**

**Rogério Cunha de Castro**

# **DOMINAÇÃO DIGITAL NA GESTÃO ESCOLAR**



**UM CONVITE A  
REFLEXÃO**



**Rio de Janeiro, 2024**

# **DOMINAÇÃO DIGITAL: UM CONVITE A REFLEXÃO!**

**Meiri Madalena Bernardo Mendes**

**Rogério Cunha de Castro**

# **DOMINAÇÃO DIGITAL: UM CONVITE A REFLEXÃO**

**1<sup>a</sup> Edição**



**Rio de Janeiro, 2024**

**COLÉGIO PEDRO II**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA**

**BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER**

**CATALOGAÇÃO NA FONTE**

M538 Mendes, Meiri Madalena Bernardo

Dominação digital : um convite a reflexão! / Meiri Madalena Bernardo Mendes ; Rogério Cunha de Castro. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2024.

25 p.

Bibliografia: p. 24

ISBN: 978-65-5930-139-3.

1. Educação profissional. 2. Educação tecnológica. 3. Gestão democrática. 3. Gerencialismo. 4. Tecnologia da informação. 5. Fundação de Apoio à Escola Técnica (RJ). I. Castro, Rogério Cunha de. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 370.113

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

## **RESUMO**

Trata-se de um produto educacional proposto pela pesquisa de mestrado em educação profissional e tecnológica PROFEPT, intitulada “Pragmatismo Gerencial em Território Digital no Campo da Educação: Implicações na gestão escolar da rede profissional e tecnológica do estado do Rio de Janeiro- FAEPEC.” O livro em formato digital tem como objetivo principal contribuir para a formação continuada de educadores na era digital, sobretudo para os profissionais da rede de ensino da FAEPEC. A partir da pesquisa bibliográfica, de campo e documental desenvolvida na E.T.E Helber Vignoli Muniz, no município de Saquarema, no estado do RJ, foi identificado a carência de material formativo com abordagem crítica a respeito das tecnologias digitais de informação e comunicação no contexto escolar com abordagem crítica do uso das tecnologias digitais. Por conseguinte, buscou tecer nesse material discussões contemporâneas sobre o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação no espaço escolar a partir de estudos internacionais e nacionais com olhar atento a dominação digital.

**Palavras-chave:** dominação digital; FAEPEC; tecnologias digitais de comunicação e informação; educação profissional e tecnológica

## **SUMÁRIO**

1- APRESENTAÇÃO.....	06
2- PODER E DOMINAÇÃO.....	08
3- NOVA GESTÃO PÚBLICA E A GESTÃO EDUCACIONAL.....	16
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
5- REFERÊNCIAS.....	25
6- APÊNDICE.....	24



## APRESENTAÇÃO

Este E-book caracteriza-se como um produto educacional resultante de uma proposta de pesquisa para o Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em rede Nacional (PROFEPT), ministrado pelo Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Trata-se de um livro digital que tem o intento de abordar reflexões sobre a reverberação de práticas gerenciais com uso de plataformas digitais e sistemas eletrônicos de informação na gestão escolar.

A intensificação do uso das Tecnologias Digitais de informação e comunicação na gestão escolar e nas práticas pedagógicas ocorreu a partir do ano de 2020, com a implementação aligeirada de plataformas digitais e sistemas eletrônicos de informações, com a finalidade de atendimento a gestão e ao ensino remoto.

Esse fenômeno avassalador que outrora criou formas de gerir e ensinar tem se sustentado atualmente com a tese de inovação nas práticas administrativas e pedagógicas. Buscamos compreender como o pragmatismo gerencial têm encontrado nas tecnologias digitais uma poderosa ferramenta para modular a gestão escolar e as práticas pedagógicas no contexto da educação pública, com a discurso de inovação e descentralização dos serviços públicos.

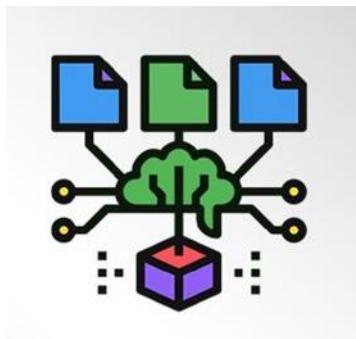
Nesse contexto, é essencial discutir o uso das plataformas digitais comerciais no âmbito educacional a fim de um posicionamento crítico para o resgate da autonomia administrativa e pedagógica institucional da escola.

Ao longo deste e-book, busca-se oferecer uma reflexão profunda sobre os desafios que as tecnologias digitais apresentam para a gestão escolar e para práticas pedagógicas. O objetivo é despertar o senso crítico a equipe gestora dos cursos de ensino médio na modalidade de educação profissional e tecnológica.

Assim, serão abordados temas como dominação e poder, gerencialismo, plataformação, capitalismo digital, gestão escolar na contemporaneidade e dominação digital. Sabemos da importância da formação continuada dos gestores e educadores e como foi observado a falta de formação sobre este tema, pretendemos com esse material contribuir para uma visão crítica dos educadores sobre os recursos das tecnologias digitais de informação e comunicação.

Portanto, fundamenta-se nos referenciais teóricos que discorrem aos temas atuais das tecnologias de informação e comunicação, gestão escolar, políticas públicas educacionais neoliberais, educação profissional e tecnológica em uma perspectiva da pedagogia histórico-

crítica. O estudo chama atenção para a formação cidadã digital, é preciso resgatar a participação crítica social na era digital.



## 1. DOMINAÇÃO E PODER

Michel Foucault em suas teorias sobre poder e controle podem nos fazer a compreender melhor sobre a dominação na sociedade digital.

Foucault descreveu em suas teses, que o poder está presente em todas as relações sociais e é exercido através de práticas discursivas,

normas e instituições.

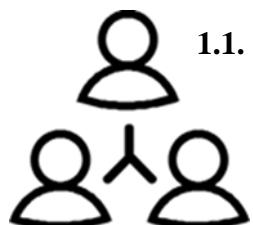
A esse fenômeno, baseamos a reflexão na síntese de Foucault da “microfísica do poder”, ou seja, a centralização do poder não está em uma única instituição, ele se distribui por toda sociedade.

Na sociedade da era digital a dominação passa a ter uma outra roupagem do poder, agora por manipulação digital, a partir do conhecimento dos dados extraídos através plataformas digitais, sistemas, monitorado pelo monopólio de empresas do capital digital as chamadas Big Techs.

Não obstante, o pragmatismo gerencial da Nova Administração Pública utiliza desses recursos a fim de modulação e controle de dados educacionais no processo de governança digital de acordo com seus interesses do sistema educacional.



Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 1979, p.182).



### 1.1. NOVAS FORMAS DE DOMINIAÇÃO NA ERA DIGITAL

No contexto escolar, podemos dizer que a dominação agora tem a dinâmica digital e pode ser identificada nas práticas de coleta de dados, monitoramento e vigilância, modulação em plataformas digitais e sistemas.

Assim, esse conceito engloba tanto as ferramentas digitais utilizadas para a gestão escolar quanto as políticas e práticas que moldam seu uso.

A dominação digital pode ser configurada pela modulação dos serviços administrativo e pedagógicos, o monitoramento estratégico preciso do desempenho acadêmico, dentre outros fatores, por isso, é necessário um olhar crítico de questões éticas e sociais importantes, como a privacidade dos dados, a subjetividade da prática escolar, e a formação adequada dos educadores e o aparato tecnológico.

Essas práticas são inibidoras da autonomia, poder de escolha, participação subjetiva, pois criam formatações e padrões, o que configura um controle e poder absoluto.

## 1.2. GERENCIALISMO NO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS



Para fundamentar as hipóteses apresentadas na apresentação deste e-book, explora-se a pesquisa realizada por Lima (2021), que possibilita uma análise crítica das promessas gerencialistas de desburocratização na educação. Enquanto essas promessas sustentam que a digitalização e a introdução de tecnologias da informação podem simplificar processos e reduzir a burocracia, Lima argumenta que, na verdade, essas inovações podem intensificar a burocracia e criar formas de controle e vigilância nas organizações educacionais. O estudo examina a transmutação da autoridade racional-legal para uma autoridade racional-informacional, mediada pelas tecnologias digitais, e alerta para a emergência de uma "hiperburocracia" na administração da educação.

As políticas gerencialistas frequentemente promovem a ideia de que a introdução de tecnologias digitais pode desburocratizar a gestão educacional, tornando os processos mais eficientes e menos complexos. Lima, entretanto, critica essa visão otimista, apontando que a digitalização não elimina a burocracia, mas a transforma. Em vez de simplificar os procedimentos, as tecnologias da informação muitas vezes introduzem novas camadas de

controle e vigilância, resultando em uma burocracia aumentada. Esse fenômeno, que Lima denomina "hiperburocracia", caracteriza-se pela intensificação dos mecanismos de monitoramento e pela crescente dependência de sistemas digitais para a administração educacional.



Nesse sentido, Lima (2021) explora a transição da autoridade racional-legal, baseada em regras e procedimentos formais, para uma autoridade racional-informacional, sustentada pelas tecnologias da informação. Essa nova forma de autoridade se manifesta através de sistemas digitais que controlam e regulam as atividades escolares de maneira precisa e constante. Os instrumentos de controle digital, como plataformas de gestão escolar, sistemas de avaliação online e ferramentas de monitoramento, configuram um ambiente onde a autoridade é

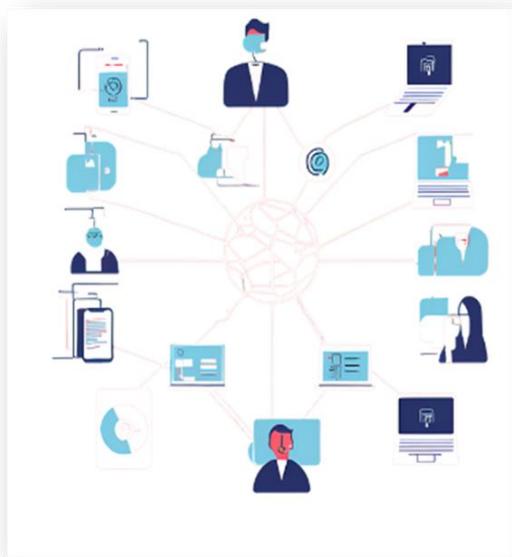
exercida por meio da informação e do fluxo contínuo de dados.



A pós-burocracia representa uma promessa gerencialista que se encontra por cumprir e que, mais do que isso, parece não ser facilmente alcançável no novo capitalismo. Fazer corresponder a gestão neoliberal das organizações, sob o sigo da empresa, do mercado e do contratualismo, ao combate à burocracia como autoridade racional-legal representa, desde logo, no plano teórico, uma falácia. Desde o século XIX, as empresas modernas resultaram da aplicação das regras da moderna burocracia ao setor privado. Hoje, muitos analistas da dominação digital ou informacional, que insistem na eficiência organizacional como argumento de autoridade, esquecem que uma sociologia da dominação nunca pode ser reduzida a questões técnicas e de eficiência (Lima, 2021, p. 10).

Além disso, Lima (2021) afirma que a crescente dominação digital no âmbito educacional tem contribuído significativamente para o aumento das probabilidades de obediência às regras, aos detalhes processuais encadeados e às decisões automatizadas. Esta obediência não se manifesta apenas por meio de volumosos códigos e repositórios de legislação escolar, como era comum no passado, mas sim através de complexos dispositivos digitais que permeiam o cotidiano das instituições de ensino. Esses dispositivos, que vão desde sistemas de gestão escolar até plataformas de avaliação e comunicação, incorporam implicitamente essas regras e procedimentos, muitas vezes de maneira invisível.

Assim, pode-se perceber, por meio da análise das considerações do autor, que cada ator educativo, sejam eles gestores, professores, alunos ou pais, é compelido a utilizar esses dispositivos digitais. Na maioria dos casos, essa utilização ocorre sem alternativa viável, criando um ambiente onde as ações e decisões são guiadas por algoritmos e sistemas automatizados. A aparente neutralidade dessas tecnologias esconde a natureza autoritária das injunções que elas impõem. Embora apresentem uma aparência ligeira e desmaterializada, essas ferramentas configuram uma forma de controle burocrático que é tanto rigorosa quanto abrangente.



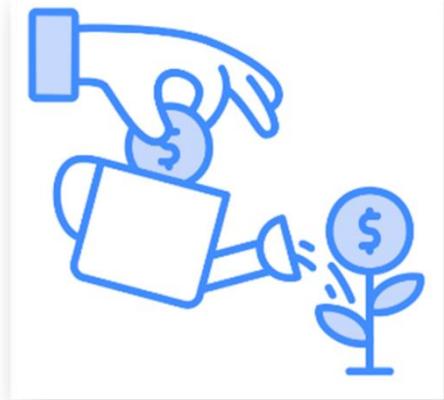
Meira (2019) corrobora essa perspectiva, teorizando que a invisibilidade das regras embutidas nos dispositivos digitais é uma característica crucial dessa nova forma de dominação. Ao contrário dos códigos legislativos tradicionais, que são explícitos e acessíveis, as regras digitais estão codificadas em sistemas que operam em segundo plano. Usuários interagem com interfaces aparentemente simples e intuitivas, mas cada clique e cada interação estão, na verdade, sujeitos a uma vasta rede de processos automatizados que regulam e monitoram suas ações. Essa estrutura oculta cria uma situação em que as regras não são apenas obedecidas, mas internalizadas de forma quase inconsciente. A conformidade é alcançada não através da imposição explícita, mas pela integração imperceptível dessas regras nos dispositivos que os atores educativos usam diariamente. Este processo facilita a padronização das práticas educativas, reduzindo a margem para a autonomia individual e a adaptação contextual.

Segundo explicam Mello, Freitas Santos e Silva Pereira (2022), as transformações pelas quais a educação brasileira passou nos últimos cinquenta anos foram profundas e podem ser analisadas a partir da convergência da ideologia neoliberal na gestão pública. Nesse período, houve uma significativa reconfiguração das diretrizes, objetivos e princípios da educação, impulsionada pela influência de organizações de interesse privado e organismos internacionais. Alinhados a uma agenda global, esses agentes redefiniram o cenário educacional, promovendo

uma série de mudanças que impactaram não apenas a estrutura e a organização das escolas, mas também a formação e a atuação dos docentes.

A pressão para a adoção de um novo modelo de gestão foi intensa, refletindo-se na implementação de mecanismos gerenciais que se inscrevem na lógica da Nova Gestão Pública (NGP). Este paradigma, que emergiu como uma resposta às críticas dirigidas ao modelo burocrático tradicional, enfatiza a eficiência, a accountability e a adoção de práticas inspiradas no setor privado para a administração pública. No contexto educacional brasileiro, a NGP

trouxe consigo a introdução de sistemas de avaliação padronizados, a busca por resultados mensuráveis e a crescente valorização de indicadores de desempenho como parâmetros para a tomada de decisões (Mello; Freitas Santos; Silva Pereira, 2022).



As organizações de interesse privado e os organismos internacionais desempenharam um papel central na promoção dessas mudanças, oferecendo financiamento e apoio técnico para projetos e iniciativas que alinhavam a educação brasileira aos preceitos neoliberais. Essa influência externa foi determinante na configuração das políticas educacionais, que passaram a priorizar a competitividade, a eficiência e a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho globalizado. Como resultado, houve uma crescente pressão para que as escolas adotassem práticas gerenciais voltadas para a obtenção de resultados quantitativos, muitas vezes em detrimento de uma abordagem mais holística e inclusiva da educação.

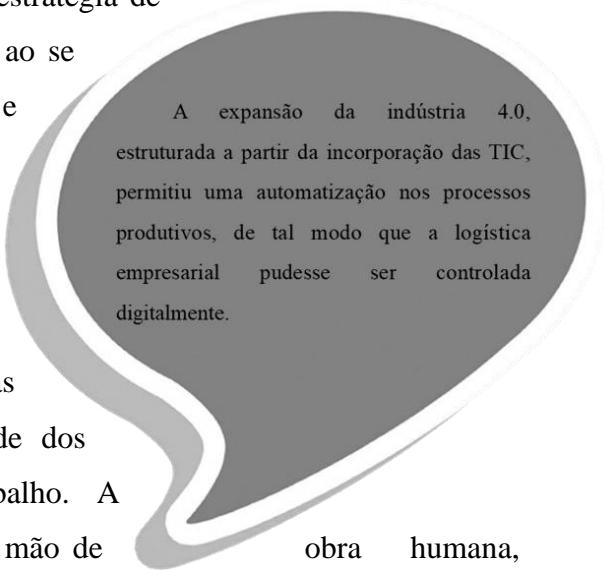
As políticas públicas voltadas para a educação passaram a ser formuladas com base em uma lógica de mercado, onde a competição e a eficiência operacional são altamente valorizadas. Esse enfoque gerencialista trouxe mudanças substanciais na administração escolar, promovendo a adoção de práticas como a terceirização de serviços, a parcerias público-privadas e a implementação de sistemas de gestão baseados em metas e resultados. O impacto dessas mudanças foi sentido em todos os níveis do sistema educacional, desde a educação básica até o ensino superior, alterando



as dinâmicas de governança e introduzindo novos desafios para a gestão das instituições educacionais.

Como consequência, temos a substituição de atividades que antes eram realizadas manualmente por outras realizadas por robôs ou computadores; ou, nas palavras de Karl Marx, temos a ampliação do trabalho morto em relação ao trabalho vivo. Essa estratégia de acumulação capitalista se diferencia da proposta fordista, pois a expansão informacional-digital, fortemente alicerçada no capital financeiro, vem impondo um processo marcado pela tríade terceirização, informalidade e flexibilização. É nesse cenário que temos o surgimento de relações de trabalho cada vez mais precarizadas, que se utilizam largamente dos algoritmos e do arsenal digital para controlar a produtividade dos/as trabalhadores/as (Mello; Freitas Santos; Silva Pereira, 2022, p. 903).

Esse fenômeno representa uma nova fase na estratégia de acumulação capitalista, distinta do modelo fordista, ao se fundamentar fortemente no capital financeiro e impulsionar uma revolução informacional-digital. Essa nova fase é caracterizada pela tríade da terceirização, informalidade e flexibilização, elementos que definem as modernas relações de trabalho. A utilização de algoritmos e ferramentas digitais para monitorar e controlar a produtividade dos trabalhadores intensifica a precarização do trabalho. A automação e a digitalização não apenas substituem mão de obra humana,



A expansão da indústria 4.0, estruturada a partir da incorporação das TIC, permitiu uma automatização nos processos produtivos, de tal modo que a logística empresarial pudesse ser controlada digitalmente.

mas também fragmentam e flexibilizam as relações laborais, levando a uma crescente informalidade e instabilidade nos empregos.

A comparação com o modelo fordista é importante sob a seguinte ótica: enquanto o fordismo dependia de uma produção em massa padronizada e estável, a atual fase capitalista é marcada por uma flexibilidade extrema, adaptabilidade constante e uma dependência elevada de tecnologias avançadas. Esse contraste evidencia como a lógica da produção capitalista evoluiu para uma forma onde o capital financeiro e a tecnologia digital desempenham papéis centrais.



Além disso, o uso intensivo de algoritmos e ferramentas digitais para gerenciar a produtividade dos trabalhadores resulta em um controle mais rigoroso e abrangente sobre o trabalho. Esse controle não se limita apenas à substituição de trabalho humano por máquinas, mas envolve a utilização de tecnologias para monitorar, medir e ajustar continuamente o desempenho dos trabalhadores. Tal abordagem amplia a capacidade das empresas de maximizar a eficiência e reduzir custos, mas ao custo de uma maior precariedade e desumanização das condições de trabalho.

Desse modo, a expansão da Indústria 4.0 transforma profundamente as relações de trabalho e a estrutura produtiva, marcando uma ruptura significativa com os modelos de produção anteriores. A incorporação de TIC e a consequente automatização não apenas alteram a dinâmica da produção, mas também impõem um novo paradigma de trabalho, caracterizado pela terceirização, informalidade e flexibilidade, resultando em relações laborais cada vez mais precárias e controladas digitalmente.



A análise dos autores Mello, Freitas Santos e Silva Pereira (2022) examina como a expansão da Indústria 4.0, que integra as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na automação dos processos produtivos, transforma significativamente a logística empresarial e a natureza do trabalho. Através dessa integração digital, tarefas antes realizadas manualmente são agora executadas por robôs e computadores, ilustrando um aumento do "trabalho morto" em comparação ao "trabalho vivo", conforme a terminologia de Karl Marx.

Esse fenômeno representa uma nova fase na estratégia de acumulação capitalista, distinta do modelo fordista, ao se fundamentar fortemente no capital financeiro e impulsionar uma revolução informacional-digital. Essa nova fase é caracterizada pela tríade da terceirização, informalidade e flexibilização, elementos que definem as modernas relações de trabalho.

A utilização de algoritmos e ferramentas digitais para monitorar e controlar a produtividade dos trabalhadores intensifica a precarização do trabalho. A automação e a digitalização não apenas substituem mão de obra humana, mas também fragmentam e flexibilizam as relações laborais, levando a uma crescente informalidade e instabilidade nos empregos.

A comparação com o modelo fordista é importante sob a seguinte ótica: enquanto o fordismo dependia de uma produção em massa padronizada e estável, a atual fase capitalista é marcada por uma flexibilidade extrema, adaptabilidade constante e uma dependência elevada de tecnologias avançadas. Esse contraste evidencia como a lógica da produção capitalista

evoluiu para uma forma onde o capital financeiro e a tecnologia digital desempenham papéis centrais.

Além disso, o uso intensivo de algoritmos e ferramentas digitais para gerenciar a produtividade dos trabalhadores resulta em um controle mais rigoroso e abrangente sobre o trabalho. Esse controle não se limita apenas à substituição de trabalho humano por máquinas, mas envolve a utilização de tecnologias para monitorar, medir e ajustar continuamente o desempenho dos trabalhadores. Tal abordagem amplia a capacidade das empresas de maximizar a eficiência e reduzir custos, mas ao custo de uma maior precariedade e desumanização das condições de trabalho.



Esse processo de legitimação se assentou principalmente na forma de um ideal universalizante, concretizado pelos avanços e usos excessivos da estatística na educação, um fenômeno que se materializou no estabelecimento de rankings nacionais e internacionais, produzindo indicadores que moldaram uma nova compreensão do que seja a educação. Os números, que parecem neutros e precisos, foram reconstruídos em termos de sua representação social para que o processo de “tradução” fosse possível. Na lógica da educação pelos números, os dados estatísticos produzidos nacional e internacionalmente não são apenas ferramentas para análises, mas também altamente performativos, pois enquadram nossos pensamentos e concepções acerca da tomada de decisões na política educacional (Saraiva, 2020, p. 10).

Desse modo, a introdução da NGP na educação brasileira tem promovido uma série de mudanças complexas, estruturadas em valores capitalistas e na competição. A sistematização das diretrizes de modernização da educação pela NGP, como descrita por Ana Maria Saraiva, destaca a mudança das matrizes normativas, a implementação de um modelo gerencial e a utilização de dados estatísticos. Ela define esse processo de modernização da educação pela NGP em um triplo movimento: a mudança das matrizes normativas dos sistemas educacionais, o estabelecimento de um modelo gerencial e a utilização de dados estatísticos e metodologias quantitativas como elementos fundamentais para a definição da política educacional. Essas diretrizes promovem uma padronização do ensino, resultando na homogeneização de currículos e práticas pedagógicas (Saraiva, 2020).

## 2. NOVA GESTÃO PÚBLICA E A GESTÃO EDUCACIONAL

A OCDE é uma organização voltada para a formulação de diretrizes e programas e para a orientação das nações de acordo com as necessidades de estruturação econômica e de alinhamento global no capitalismo globalizado. Essa é a sua “natureza” e assim devem ser compreendidas suas ações nos demais setores (educação, por exemplo), bem como seu interesse em apoiar políticas públicas ligadas à governança digital.



### Você sabia?

O Brasil estabelece cooperações com essa organização desde 1997 e em 2003 foi criado o Ponto de Contato Nacional (PCN/OCDE) em território nacional (BRASIL, 2003). Assim, a Portaria Interministerial nº 37/2013 disciplina a estrutura e organização do PCN com as proposituras da OCDE para as Empresas Multinacionais (BRASIL, 2013).

Desde 1990, a OCDE vem ampliando sua atuação global na seara da educação. Suas decisões vão muito além do recorte pedagógico, atingindo esferas de interesses e poder, com influência e relações de forças não apenas nacionais, mas também globais.

Atualmente é reconhecida pelos países-membros como um fórum que cria, propõe e dissemina tendências internacionais em educação por meio de diversos mecanismos de disseminação: indicadores, publicações, relatórios, testes e exames, estudos comparativos, além de ações diretas no governo de países-membros e parceiros-chave.

A partir de maio de 2007, a Resolução do Conselho da OCDE sobre o Alargamento e o Envolvimento Reforçado, considera África do Sul, China, Índia, Indonésia e o Brasil parceiros-chave (key partners). Tal movimento visa à progressiva adesão dos países às instâncias da organização internacional, aos seus instrumentos legais (acquis), aos sistemas estatísticos e de elaboração de relatórios e às suas revisões por pares de setores específicos de políticas públicas.



Neste movimento dinâmico e complexo, a organização suscita imprecisão entre os termos público e privado na educação, ofusca a distinção entre educação como direito social e subjetivo e educação como serviço público oferecido por reformadores empresariais. É dizer: discursos e vocabulários hegemônicos de alcance global servem como recursos legitimadores de ações e políticas locais, que tornam a educação e a escola uma commodity comercializável (SAVAGE, 2017).

Nesse complexo contexto econômico e tecnológico de reprodução do capital em escala ampliada, a OCDE adquiriu relevo na área de políticas para a Educação Básica. Nesse movimento na esfera educacional, o governo federal brasileiro tem participado, desde 1997, do Programa Internacional para Avaliação de Estudantes - PISA; desde 2008 da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem - TALIS; e desde 2006 do programa Indicadores dos Sistemas Educacionais - INES, com ressonância variável nos processos nacionais de formulação de políticas públicas de Educação Básica.

Em 2015, a OCDE, por meio da Diretoria de Educação e Habilidades, propôs o Projeto Educação 2030 e compôs um movimento orgânico com representantes de países, instituições, stakeholders, experts, governos e empresários, almejando chegar a um consenso quanto aos elementos curriculares essenciais que as nações deveriam levar em consideração para preparar seus jovens para o trabalho e para a vida, antecipando-se às necessidades socioeconômicas de 2030.

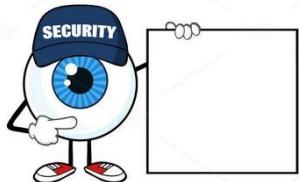
As prescrições e programas educacionais da OCDE geram impactos na política de Educação Básica dos países, visto que suas proposições são traduzidas e replicadas em discursos públicos, legislação, planos e ações na Educação Básica pública. Elas afetam as maneiras pelas quais decisões econômicas, jurídicas e políticas são tomadas. Mais que isto, edificam um discurso com vocabulário próprio, de alcance global sobre os países, por intermédio da disseminação massiva de estudos, projetos e programas nas mais variadas áreas de políticas públicas.

As práticas neoliberais favoreceram o ganho de território para o capitalismo digital. Isto porque, o excesso de burocracia e regulação começou a ser compreendido como algo negativo e que impedia o progresso e inovação. A professora Shoshana Zuboff, vai usar o termo “capitalismo da vigilância” que é o poder de dominação e vigilância da população por grandes donos do capital digital (Big Techs). Essas grandes empresas da tecnologia funcionam a partir da coleta e do processamento de informações como forma de desenvolver serviços e produtos a serem disponibilizados para a sociedade, para o mercado e, ainda, para governos.

Segundo Zuboff, essa estrutura trata-se de um poder instrumentário alarmante, porque ameaçam direitos humanos básicos, como autonomia, proteção da intimidade, vida privada, honra e imagem etc.



Ademais, intimida a democracia liberal com a propagação de falsas informações fato evidenciado nas últimas eleições, as chamadas “Fake News”.



**É preciso um olhar atento a dominação digital!**

### Leitura recomendada



**Caso prefira, indicamos o vídeo com a autora:**  
CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E DEMOCRACIA  
[https://youtu.be/b2nnM\\_VQPqU?t=105](https://youtu.be/b2nnM_VQPqU?t=105)

## 2.1- COLONIALISMO DE DADOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO



Os dados são a primeira e maior fonte de valor. Depois as máquinas processam o algoritmo em modelo estatístico. A seguir os dados aparecem nas suas prateleiras como inteligência artificial (IA). Já sob a forma de padrões, os dados são vendidos com capacidade de prever o comportamento das pessoas, potencialidades de consumo (até induzido como imaginário) e de manipulação política em disputas de poder de uma falsificada democracia.

Roberto Moraes,2023. Breve síntese para entender a dominação digital e as batalhas eleitorais cibernéticas

A colonização de dados educacionais é um tema preocupante e emergente na conjuntura da sociedade contemporânea. Os sistemas operacionais utilizados pelas instituições de ensino de educação básica, depositam seus dados em sistemas operacionais de empresas comerciais, as conhecidas como *Big Tech*, empresas em sua maioria norte-americanas do Vale do Silício que dominam as tecnologias digitais de informação e comunicação. Nesse contexto, o uso dessas tecnologias no trato de informações administrativas, pedagógicas no ambiente escolar se dá por software de empresas como a Microsoft, o Google, dentre outras gigantes de tecnologias digitais ,vem trabalhando no controle e manipulação de dados educacionais (informações) em benefícios externos em prol da econômica digital, em uma lógica extrativa e de modulação a favor da hegemonização.

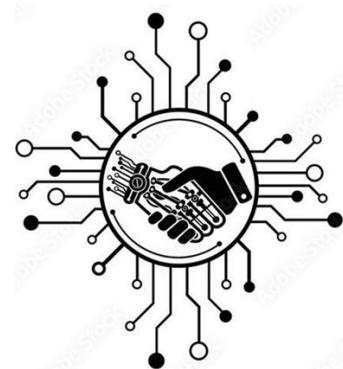
Nesse pensamento, a colonização de dados configura-se como uma prática extrativista predatória que tem no imaginário da internet a dominação e controle de informações algoritmizadas.(Couldry, 2018)

Por dados entendemos os fluxos de informação que passam da vida humana em todas as suas formas para as infraestruturas de recolha e processamento. Esse é o ponto de partida para gerar lucro a partir dos dados. Nesse sentido, os dados abstraem a vida, convertendo-a em informação que pode ser armazenada e processada por computadores, e se apropriam da vida, convertendo-a em valor para um terceiro.(COULDREY ; MEJIAS,2019,p.19)

Por ora, gostaríamos de destacar que a soberania de dados, na educação, é caracterizada pelo domínio de informações de instituição de ensino o que representa controlar dados peculiares e privativos do universo subjetivo das escolas. Essa configuração só é possível através do uso dos recursos de tecnologias digitais de informação e comunicação adotados ultimamente pelo espaço escolar. Vale dizer, que esses dados acessíveis e controlados por plataformas digitais comerciais tem sido uma grande vulnerabilidade e emerge de políticas públicas educacionais que combatam essa estrutura.

Cada dispositivo, cada técnica de dominação, produz seus próprios objetos de devoção, que são empregados para a submissão, materializando e estabilizando a dominação. Devoto significa submisso. O smartphone é um objeto digital de devoção. Mais ainda, é o objeto de devoção digital por excelência. Como aparato de subjetivação, funciona como o rosário, e a comparação pode ser estendida ao seu manuseio. Ambos envolvem autocontrole e exame de si. A dominação aumenta sua eficiência na medida em que delega a vigilância a cada um dos indivíduos. O curtir é o amém digital. Quando clicamos nele, subordinamo-nos ao contexto de dominação. O smartphone não é apenas um aparelho de monitoramento eficaz, mas também um confessionário móvel. O Facebook é a igreja ou a sinagoga (que literalmente significa “assembleia”) do digital. (COULDREY ; MEJIAS, 2019,p.24)

Diante dessa estrutura de manipulação e dominação sujeito social o capital humano tem determinado padrões de comportamentos padronizados e obedientes a economia digital. A problemática da colonização de dados, bem como dominação digital é um desafio do Estado brasileiro que precisa pensar em um projeto de educação digital com uma estruturação física de formação de educadores para a educação digital, com softwares livres públicos com infraestruturas de manutenção e armazenamento de dados.



Caso contrário, o projeto de país de uma educação para formação integral cidadã estará ameaçado.

### 3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste e-book, é possível concluir que enquanto educador não podemos naturalizar o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, sem refletir sobre o seu viés político, isto porque existem questões ideológicas hegemônicas a favor do capital. A moeda nesse processo chama-se: dados. São através dos usos de plataformas digitais e sistemas digitais que esses dados são coletados e monetizados, um processo obscuro, sem regras estabelecidas, entendimento e consentimento dos usuários.

Nos últimos 4 anos, a gestão escolar e as práticas pedagógicas foram surpreendidas com orientações sobre o uso arbitrário das plataformas digitais, com adesão as plataformas digitais comerciais, a ex. Google For Education e Sistemas ex. Google For Education e sistemas eletrônicos de informações sem consulta a comunidade escolar, bem como a gestão escolar. Primeiramente, as análises realizadas destacam como o pensamento positivista que as tecnologias digitais de informação e comunicação, proporcionaria a inovação na gestão escolar e de práticas pedagógicas ensino e aprendizagem.

O que o pensamento crítico científico vai chamar a atenção sobre aspectos de dominação digital, monitoramento de dados, modulação de comportamentos, dentre outros aspectos. A emergência da Indústria 4.0 e a disseminação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) trouxeram consigo não apenas novas possibilidades pedagógicas, mas também um aumento do controle e da vigilância sobre o espaço escolar. Além do que, as abordagens críticas presentes nesta e-book sublinham como as políticas neoliberais, ao introduzirem uma lógica de subserviência ao capital digital, em troca do controle de dados, tem promovido práticas vulneráveis devido a desinformação dos usuários.

Portanto, é preciso garantir uma formação do gestor escolar para uso das tecnologias digitais. Assim, é necessário refletir sobre ausência de autonomia administrativa e pedagógica da gestão escolar com a escolha dessas ferramentas digitais, o que contrapõem ao que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, nº 9394/96. A desinformação sobre as ferramentas digitais e a subserviência quanto ao uso, levanta questões caras a projeto político pedagógica da escola pública.

A presença crescente de algoritmos e sistemas automatizados de avaliação não apenas impacta a autonomia da comunidade escolar, mas também influencia diretamente a qualidade do processo educativo, podendo reduzir a educação pública a desqualificação institucional por desempenho de seus atores, a fim de abrir precedente a mercantilização da educação.

É essencial promover um debate ampliado sobre a governança digital na educação, garantindo que estas sejam pensadas de forma democrática, autônoma, com investimentos, livres das plataformas digitais comerciais, valorizando a cidadania digital e produção de ciência e tecnologia em nosso país.

Além disso, é crucial reavaliar as políticas educacionais sob uma perspectiva mais humanista e equitativa, que reconheça e respeite as especificidades locais e promova uma educação verdadeiramente emancipadora e transformadora.

Por conseguinte, ressalta-se o ímpeto para a continuidade de estudos e pesquisas sobre o tema que carece de aprofundamentos científicos, em busca de um debate contante a fim de que as políticas públicas educacionais brasileiras sejam desenhadas para atender questões emergentes de fomento de softwares livres públicos e nacionais, bem como que garantam a formação aos educadores formar em busca da cidadania digital, garantindo a educação de qualidade, que se desvincule das questões mercadológicas.

Uma educação que possamos chamar de qualidade deve ser verdadeiramente emancipador, a fim de promover o desenvolvimento onmílateal dos educandos, para que o pensamento crítico, a criatividade, a colaboração e a compreensão profunda dos conhecimentos sejam sua intervenção social.







## REFERÊNCIAS

AVAGE, G. **Neoliberalism, education and curriculum. In Powers of Curriculum: Sociological Perspectives on Education.** South Melbourne, Vic.: Oxford University Press Australia and New Zealand. 2017. p. 143-165.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

COULDREY, Nick e MEJIAS, ULISES. **Data colonialism: rethinking big data's relation to the contemporary subject**, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1527476418796632?journalCode=tvna>. Acesso em: 15 jun. 2024.

COULDREY, Nick e MEJIAS, ULISES. **The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism** (Stanford, Stanford University Press, 2019). P.19-24

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LIMA, Licínio C. **Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada**. Educação & Sociedade, v. 42, p. e249276, 2021.

LUCK, Heloísa. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, p. 24, 2009.

MEIRA, M. **Os labirintos da burocracia eletrónica: as plataformas eletrónicas na administração da educação**. Santo Tirso: De Facto Editores, 2019

MELLO, Micaela Balsamo de; FREITAS SANTOS, Catarina Cerqueira de; SILVA PEREIRA, Rodrigo da. **A outra face da era digital: Nova Gestão Pública e controle do trabalho docente**. Retratos da Escola, v. 16, n. 36, p. 899-916, 2022.

SARAIVA, Ana Maria Alves. **As matrizes normativas da Nova Gestão Pública e o enfrentamento das desigualdades educacionais**. Revista Educação em Questão, v. 58, n. 56, 2020.

PINTEREST. **Imagens**. Disponível em: <https://br.pinterest.com/> . Acesso em 23 jul. 2024.

## **APÊNDICE A – TROCANDO IDEIAS**

1- Música Admirável Chip Novo

2- Sociedade de controle: Como as redes sociais te controlam?

[https://youtu.be/3qff6SO\\_bzw?t=145](https://youtu.be/3qff6SO_bzw?t=145)

3- Dilema das Redes

Documentário da Netflix